

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 18 de janeiro de 2019 às 08h07
Seleção de Notícias

G1 - Globo | BR

Pirataria

Operação combate o comércio de produtos 'piratas' em Belém 3
PARÁ

Yahoo! Notícias Brasil | BR

16 de janeiro de 2019 | Marco regulatório | Anvisa

Ex-ministro da Saúde é acusado de favorecer empresas em compra de remédios 4
CAPA

Blog Primeiro Lugar - Exame.com | BR

Marco regulatório | INPI

Empresas brasileiras não focam no registro de patentes 6
REVISTA EXAME | DA REDAÇÃO

InfoMoney - Online | BR

Direitos Autorais

McDonald's perde batalha pelo nome Big Mac na Europa 7

Operação combate o comércio de produtos 'piratas' em Belém

PARÁ



dos seus produtos de má qualidade e impostos sonegados, a **pirataria** é capaz de gerar consequências danosas, como a diminuição da arrecadação de impostos, o que reflete na precariedade dos serviços públicos; prejuízos incalculáveis às finanças das empresas legalizadas; o aumento de desemprego e o financiamento ao crime organizado, e o aumento no índice de insatisfação do consumidor", explica.

As investigações continuarão para combater a venda ilegal de produtos "piratas" tanto na região metropolitana de Belém como no interior do estado.

*Segundo a Polícia Civil, ação foi realizada por solicitação das empresas detentoras exclusivas de **direitos autorais** de marcas.*

A Delegacia do consumidor realizou uma operação de combate à venda de produtos "piratas" na quarta-feira (16) na área comercial de Belém. Durante a fiscalização, os policiais apreenderam 344 chapéus que utilizavam marcas falsificadas. Foram lavrados dois procedimentos policiais contra os donos das empresas e os responsáveis pela venda responderão pelo crime contra o consumidor e contra marcas e patentes.

Segundo a Polícia Civil, a operação "Maltrapilho" ocorreu por solicitação das empresas detentoras exclusivas dos **direitos autorais** de marcas. Segundo o delegado Marcelo Mendes, as empresas entraram em contato com a polícia e solicitaram a instauração de inquérito policial para responsabilização criminal de duas empresas que estavam comercializando os produtos ilegalmente.

O delegado Marcelo Mendes explica que o mercado da **pirataria** afeta negativamente o funcionamento de fábricas, comércio varejistas e atacadistas, órgãos públicos e os consumidores finais. "Em função

Ex-ministro da Saúde é acusado de favorecer empresas em compra de remédios

CAPA

BRASÍLIA, DF (FOLHAPRESS) - O MPF (Ministério Público Federal) entrou com ação de improbidade administrativa contra o ex-ministro da Saúde, Ricardo Barros, por suspeita de favorecimento de empresas na compra de medicamentos para doenças raras.

Na ação, a Procuradoria acusa o ex-ministro e outros quatro servidores de tentar favorecer a empresa Global Gestão em Saúde e outras duas empresas em contratos que não atendiam às exigências da legislação. Um deles, fechado pela Global, tinha o custo de R\$ 20 milhões.

O problema envolveu processos de compra dos medicamentos Aldurazyme, Fabrazyme, Myozyme, Elapraxe e Soliris, determinados após decisões judiciais que obrigaram a União a fornecer os remédios a pacientes com doenças raras.

Segundo o MPF, apesar de terem apresentado os menores preços, as empresas não tinham um documento chamado DDR (declaração de detentor de registro), exigido pela [Anvisa](#) para que empresas possam vender remédios no país.

Também não tinham histórico de fornecimento de medicamentos à administração pública ou licença para importação dos produtos.

Para a Procuradoria, o ministério insistiu em compras "fadadas ao insucesso".

"Devido a essas irregularidades, por vários meses, houve desabastecimento desses remédios para cen-

tenas de pacientes beneficiários de ordens judiciais, o que contribuiu para o agravamento de seus quadros de saúde e levou a óbito pelo menos 14 deles", informa o MPF.

O problema iniciou no fim de 2017 e se estendeu até meados do último ano. Procurado, o ex-ministro negou irregularidades.

Em documento enviado ao ministério à época, a Global confirmou que não tinha os lotes de medicamentos para entrega e acusou a empresa Genzyme, fabricante de parte dos remédios, de se recusar a lhe vender os produtos. Já a fabricante afirmou na ocasião que a Global não era cadastrada como seu distribuidora e que, por isso, não poderia fornecer o produto.

Além do embate entre as empresas, a situação também levou a uma disputa entre o Ministério da Saúde e [Anvisa](#), para quem a falta de apresentação do DDR pelas empresas poderia levar à entrada de medicamentos falsificados.

Após defender a compra de medicamentos sem o documento, o ministério recuou e informou que passaria a seguir as regras da [Anvisa](#).

OUTRO LADO

Em nota, o ex-ministro da Saúde, Ricardo Barros, disse lamentar que o MPF "tenha escolhido o lado errado da luta no SUS" e afirma que a Procuradoria "deveria acusar as empresas que mantêm monopólio de representantes para explorar o erário público".

Continuação: Ex-ministro da Saúde é acusado de favorecer empresas em compra de remédios

Segundo Barros, a Justiça deu autorização para a Global importar o medicamento, mas o laboratório fabricante se recusou a vender o produto.

O ex-ministro afirma ainda que a legislação "foi cumprida rigorosamente" e que buscou economia no pro-

cesso. "Os R\$ 5 bilhões economizados em 22 meses à frente do Ministério contrariaram muitos interesses", afirmou.

Empresas brasileiras não focam no registro de patentes

REVISTA EXAME

Uma pesquisa com 4.000 micro e pequenos empresários encomendada pelo Sebrae indica que só 19% deles registraram a marca da empresa

As pequenas empresas brasileiras ainda não enxergam o registro de marcas e **patentes** como prioridade para os negócios.

Uma pesquisa com 4.000 micro e pequenos empresários encomendada pelo Sebrae indica que só 19% deles registraram a marca da empresa no Ins-

tituto Nacional da Propriedade Industrial, órgão responsável pela certidão. O documento é necessário para garantir a exclusividade do nome e da marca.

Entre os empresários que não fizeram o registro, a maioria diz que nunca precisou (52%), nunca pensou na questão (37%), não sabia que precisava registrar (25%) ou não sabia como fazer (24%). Já para 14% o problema são os custos.

McDonald's perde batalha pelo nome Big Mac na Europa



A rede americana não precisa mudar o nome do lanche

SÃO PAULO - O McDonald's perdeu na justiça a marca registrada do Big Mac - nome do seu lanche mais famoso - na União Europeia. A decisão é do Escritório de Propriedade Intelectual da União Europeia (EUIPO) a favor da pequena rede concorrente irlandesa Supremac's.

A resolução do órgão considera que a rede americana de fast-food não apresentou provas suficientes para manter a marca.

Em nota enviada ao InfoMoney, o McDonald's afirmou que vai recorrer.

Em 2014, a rede irlandesa solicitou o registro de Supremac's com o objetivo de expandir a marca pelo Reino Unido e Europa, mas o McDonald's apresentou uma série de objeções à justiça por entender que esse nome era muito parecido com o Big Mac.

Naquele momento, o Escritório de Propriedade Intelectual da União Europeia decidiu a favor da rede americana por achar que o nome poderia ser confundido com "Big Mac" pelo público. A expansão da irlandesa foi, então, inviabilizada.

No entanto, apesar das objeções o McDonald's tam-

bém não fez uso desse nome no seu cardápio.

Foi então em 2017 que o Supremac's pediu a revogação dessa decisão e o cancelamento da marca registrada Big Mac, alegando que a rede americana "registra nomes que simplesmente guarda para usar contra os seus futuros concorrentes", de acordo com o comunicado.

O órgão europeu aceitou esse pedido na última terça-feira (15) a favor do Supremac's.

Mas o McDonald's não desistiu. "Estamos decepcionados com a decisão da EUIPO e entendemos que ele não levou em consideração os argumentos substanciais apresentados que provam o uso da nossa marca Big Mac em toda a Europa. Temos a intenção de recorrer da decisão e confiamos que ela será revogada pela Corte de Apelações da EUIPO. O McDonald's possui todos os direitos legais para a marca Big Mac em toda a Europa.", afirmou a empresa, em nota.

"É uma vitória para todas as pequenas empresas. Isso impede que empresas maiores acumulem marcas sem intenção de usá-las", disse Pat McDonagh, fundador da empresa irlandesa, ao The Guardian. O McDonald's registrou também a marca SnackBox, que é "um dos produtos mais populares do Supremac's", mas não comercializa nada com esse nome.

Ele abriu o primeiro Supremac's em Ballinasloe, uma cidade no condado de Galway, em 1978. A empresa agora tem 106 lojas em toda a Irlanda e Irlanda do Norte. A intenção agora é retomar a expansão na Europa como um todo.

Continuação: McDonald's perde batalha pelo nome Big Mac na Europa

O McDonald's tem sido historicamente "litigioso" na área de **direitos autorais** de marca e normalmente não perde, disse Willajeanne McLean, professor de direito da Universidade de Connecticut.

a marca "MacCoffe" na UE.

Em 1993, o McDonald's ganhou uma ordem judicial que impedia um dentista em Nova York de vender serviços sob o nome de "McDental". E em 2016, a rede derrotou uma empresa de Cingapura para registrar

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais

3, 7

Pirataria

3

Marco regulatório | Anvisa

4

Marco regulatório | INPI

6

Patentes

6